



Município de Capanema - PR

**PROJETO DE LEI Nº 4, DE 16 DE JANEIRO DE 2025.**

Câmara Municipal de Capanema - PR



PROTOCOLO GERAL 22/2025  
Data: 16/01/2025 - Horário: 15:47  
Legislativo

*Concede revisão geral anual e reajuste dos vencimentos dos profissionais do magistério, aos Agentes Comunitário de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias e estabelece outras providências.*

**Art. 1º** Concede-se a revisão geral anual e o reajuste dos vencimentos dos profissionais do magistério, bem como dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE), na forma desta Lei.

**Art. 2º** Antecipa-se a revisão geral anual e concede-se o reajuste dos vencimentos dos profissionais do magistério no percentual total de 6,27% (seis inteiros e vinte e sete centésimos por cento), da seguinte forma:

I - 4,87% (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) a título de revisão geral anual;

II - 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) a título de reajuste.

**Parágrafo único.** Os vencimentos básicos dos profissionais do magistério, revisados e reajustados pelo percentual previsto no **caput** deste artigo, que não atingirem o piso salarial da categoria previsto na Lei Federal nº 11.738/2008, serão revisados e reajustados de acordo com o piso nacional.

**Art. 3º** Antecipa-se a revisão geral anual e concede-se o reajuste dos vencimentos aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias, no percentual total de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), em respeito ao valor do salário mínimo para 2025, da seguinte forma:

I - 4,87% (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) a título de revisão geral anual;

II - 2,63% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento) a título de reajuste.

**Art. 4º** A antecipação da revisão geral anual dos cargos dos profissionais do magistério, dos ACS e ACE não gera o direito de antecipação da revisão geral anual aos demais servidores públicos municipais, cuja data-base da revisão geral anual continuará a ser no mês de março.

**Parágrafo único.** A antecipação da revisão geral anual dos cargos dos profissionais do magistério, dos ACS e ACE realizada por esta Lei, impede nova revisão geral anual das respectivas carreiras no mês de março do corrente ano.

**Art. 5º** Para implementação do aumento de despesa prevista nesta Lei, o Poder Executivo Municipal é autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementares necessários.



## Município de Capanema - PR

---

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 16 de janeiro de 2025.

  
**Neivor Kessler**  
*Prefeito Municipal*



## Município de Capanema - PR

### Exposição de Motivos do Projeto de Lei nº 4 /2025.

*Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Vereadores da Câmara Municipal de  
Capanema - PR.*

Nos termos do art. 123, IV, da Lei Orgânica do Município de Capanema, temos a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, o *projeto de Lei nº 4 /2025*, que tem por escopo antecipar a *revisão geral* anual e conceder o reajuste dos vencimentos aos profissionais do magistério, aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), em respeito ao piso nacional do magistério e ao piso constitucional dos ACSs e ACEs, como forma de resolver questões relacionadas ao pagamento retroativo de valores a esses profissionais a partir do mês de março.

Considerando a Lei Municipal nº 1.269/2009, que assim dispõe:

*Art. 1º A presente Lei dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal nos termos das Leis 9394/96, 11.494/07, 11.738/08 e da Resolução CNE/CEB nº 02/2009.*

*Art. 79. Os vencimentos dos profissionais do magistério serão reajustados a cada ano, de modo a preservar o poder aquisitivo dos educadores, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, com índice nunca inferior ao aplicado aos demais servidores públicos do Município.*

Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a estimativa dos valores do Fundo deve ocorrer quadrimestralmente. Desse modo, a Portaria Interministerial MEC/MF nº 13, de 23 de dezembro de 2024, altera a Portaria Interministerial MEC/ MF nº 6, de 28 de dezembro de 2023, que estabeleceu as estimativas, os valores, as aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundeb, para o exercício de 2024, nas modalidades Valor Anual por Aluno Fundeb (VAAF), Valor Anual por Aluno Total (VAAT) e Valor Anual por Aluno por Resultado (VAAR).

De acordo com essa última Portaria, de nº 13, o VAAF-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2024 no âmbito do Fundeb, fica estabelecido em R\$ 5.648,91. E o VAAT-MIN, em R\$ 8.510,81.

Se mantida a regra de atualização do Piso Salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, previsto na Lei nº 11.738/2008, a diferença percentual para atualização do piso em 2025 será de 6,27%.

Isso porque, pela Lei do Piso, o valor da atualização anual do Piso é definido pela diferença percentual do Valor Aluno Ano do Ensino Fundamental Urbano - VAAF do Fundeb, dos dois anos anteriores. Sendo que a Portaria Interministerial nº 13, de 23 de dezembro de





## Município de Capanema - PR

2024, define o VAAF-MIN (2024) de R\$ 5.648,91, e a Portaria Interministerial nº 7, de 29 de dezembro de 2023, define o VAAF-MIN (2023) de R\$ 5.315,56.

Com a diferença de 6,27% entre os valores, o Piso do Magistério passará de R\$ 4.580,57, em 2024, para R\$ 4.867,77, em 2025.

Caso a Portaria a ser expedida pelo MEC contenha um percentual inferior aos 6,27% proposto por esta proposição, a diferença será considerada como reajuste para os profissionais do magistério. Por outro lado, caso a Portaria indique um percentual superior aos 6,27%, a diferença será ajustada na data-base do funcionalismo municipal, com pagamento retroativo ao mês de janeiro.

Além disso, com relação à antecipação da revisão geral anual e concessão do reajuste dos vencimentos dos cargos de ACS e ACE, isso se dá em observância ao disposto no art. 198, § 9º, da Constituição Federal, o qual dispõe que: “O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal”.

Segue anexo o cálculo do impacto financeiro-orçamentário que a presente proposição legislativa pode gerar, cumprindo-se com as exigências legais.

Com a presente exposição de motivos e prestadas as justificativas constitucionais e legais, o Poder Executivo de Capanema, por seu Prefeito Municipal, espera a tramitação e aprovação do Projeto de Lei, requerendo, ainda, à Vossa Excelência que seja apreciado com a celeridade possível, ante a relevância de sua matéria.

Nesse rumo, diante da urgência que o caso requer, sob pena de inviabilizar o pagamento das verbas aos respectivos servidores públicos referentes ao mês de janeiro do corrente ano, **solicitamos a convocação extraordinária dessa Egrégia Casa e a adoção do regime de urgência para apreciação e votação do presente projeto de Lei, de acordo com o disposto inciso I do artigo 50, inciso XXV do artigo 123 e o artigo 81 da Lei Orgânica do Município de Capanema.**

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e apreço por Vossas Excelências.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 16 de janeiro de 2025.

  
Neival Kessler  
Prefeito Municipal



## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

### PARECER CONTÁBIL

#### RETIFICAÇÃO AO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO Nº 1/2025

**ASSUNTO:** Cálculo do Impacto Orçamentário e Financeiro e Cálculo de Limites para Despesas com Folha de Pagamento para fins do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**OBJETO:** Reajuste da carreira dos profissionais atuantes no Magistério em consonância com a Portaria Interministerial MEC/MF nº 13, de 23 de dezembro de 2024.

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente estudo tem por finalidade o atendimento à **Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências de compulsório cumprimento pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Nesse diapasão, a supracitada Lei, por meio do inciso I, art. 16, traz a estimativa do **impacto orçamentário-financeiro** como requisito à criação, expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais capazes de acarretar no acréscimo de despesa pública.

Por seu turno, o inciso II do art. 16 preceitua que o aumento da despesa deva se dar **em consonância com os Programas de Planejamento Governamentais**, quais sejam, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e que, com esses instrumentos, guarde compatibilidade.

Ademais, as despesas públicas com pessoal, **salvo** as comissionadas – porquanto decisão discricionária dos agentes governamentais- consideram-se **despesas de caráter continuado** para o ente público, vez que se pressupõe que a execução dessas despesas ocorra por prazo superior a 2 (dois) exercícios, redação dada pelo Art. 17 da LRF.

Além disso, o §1º do art. 17 da LRF requisita que se demonstre também a origem dos recursos para o custeio da criação ou aumento de despesa, qual se demonstrará por meio do presente estudo.

Ainda, a utilização dos valores brutos livres de deduções na remuneração de pessoal tanto em relação à Despesa Executada quanto à Despesa Projetada no presente impacto guar-





## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

da conformidade com a determinação dada pelo §3º do art. 18 da LRF e observa o **Princípio do Orçamento Bruto** que rege a elaboração dos orçamentos dos Entes federativos.

Por oportuno, o cálculo do limite das despesas com pessoal no Poder Executivo Municipal tem por base o disposto na alínea b, III do art. 20 da LRF, que **não pode exceder a 54%** (cinquenta e quatro por cento) em relação à **receita corrente líquida ajustada**. Referida receita deduz, para efeito de cálculo, as transferências obrigatórias recebidas da União a título de emendas individuais e de bancada, e os recursos recebidos para pagamento dos agentes comunitários da saúde e dos agentes de combate a endemias em exercício no município (§ 11 do art. 198/CF – EC 120/2022).

## 2. DO IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O presente estudo tem por finalidade fornecer subsídio à tomada de decisão por parte dos Gestores Municipais no tocante ao reajuste de carreira pleiteado, que incorrerá em um **aumento de R\$ 1.385.278,24** (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos) na despesa pública, com base em valores executados fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Todavia, em observância ao anexo V da Portaria Interministerial nº 14, de 27 de dezembro de 2024, aferiu-se que o Município receberá, em 2025, a título de **VAAR** (Valor Aluno-Ano Resultado) o valor de **R\$ 1.433.934,79**, vez que o município atendeu às condicionais estabelecidas no § 1º do art. 14 da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Ademais, o erário municipal receberá, a título de **VAAF** (Valor Aluno-Ano Final) da União, o valor de **R\$ 8.928,61**, de acordo com o Anexo III da Portaria Interministerial MC/MF Nº 13/2024, que leva em consideração o número de matrículas de alunos em cada Estado da federação e municípios que o compõem, além de considerar a arrecadação da União dos tributos elencados para base de cálculo do FUNDEB.

Isso demonstra que o Município aferirá um **superávit para custear o aumento** na ordem de **R\$ 57.585,16**, e uma estimativa de despesa com pessoal total prevista aos profissionais da Educação em 2025 de **R\$ 23.479.030,09**, conforme segue abaixo:

ACRÉSCIMO DE DESPESA EM 2025	
(+) IMPACTO DO PRESENTE PARECER (R\$)	1.385.278,24





## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

(+) IMPACTOS ANTERIORES NESTE EXERCÍCIO (R\$)	0,00
(-) IMPACTO TOTAL EM 2025 (R\$)	1.385.278,24
(-) TOTAL DO AUMENTO DE 2025 + VALOR EXECUTADO EM 2024	23.479.030,09

Além disso, dos dados registrados no sistema contábil ao final do exercício de 2023, o Município obteve como saldo financeiro positivo em **recursos livres** o valor de **R\$ 3.226.119,73** (três milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e dezenove reais e setenta e três centavos), e a tendência estimada é de que a média do saldo positivo se mantenha, porquanto vem sendo apurado superávit financeiro ao longo dos anos.

Outrossim, cumpre observar que a receita orçamentária do Município, realizada conforme a arrecadação apurada nos últimos 5 (cinco) anos vem **crescendo uma média de 13%** ano a ano, que, combinado ao saldo positivo financeiro, faz com que o Município tenha recursos para abarcar esse acréscimo de despesa, conforme demonstrado abaixo:

QUADRO DE RECEITAS	EXECUTADO / APURADO (R\$)				ORÇADO	Média
	2020	2021	2022	2023	2024	
A) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	65.146.639,17	73.816.310,55	89.594.903,02	100.499.781,13	106.000.000,00	13%
(%) VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL	0%	13%	21%	12%	5%	

Na sequência, apresenta-se o cálculo do **limite de despesas com pessoal** estabelecido pela LRF com o impacto calculado:

CÁLCULO DO LIMITE COM DESPESAS DE PESSOAL - PROJETADO (considerando este Impacto)			
	PRÓX. 12 MESES	2026	2027
A) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	131.000.000,00	148.030.000,00	167.273.900,00
B) DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL AJUSTADA	58.628.546,99	62.146.259,81	65.875.035,40
C) CÁLCULO DO LIMITE (B/A)	44,75%	41,98%	39,38%

Cumpre observar que, para a receita no exercício de 2025, utilizou-se o valor projetado na Lei Orçamentária Anual - LOA. Por sua vez, a despesa considerou o valor executado em folha de pagamento em 2024, somado ao reajuste calculado no impacto, adicionado à inflação projetada de 6%, essa utilizada também para calcular as despesas estimadas para os exercícios de 2026 e 2027.

Haja vista o crescimento acentuado na receita do Município em detrimento do aumento de despesas projetado de acordo com a inflação estimada, o aumento de 6,27% referente ao reajuste da carreira do Magistério **não afetará** as contas públicas do Município, porquanto



## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

manterá os índices **10% abaixo do limite** estipulado na LRF para o Poder Executivo Municipal.

No entanto, dado que a projeção considera para estimativa exclusivamente a inflação média, os gestores deverão manter-se atentos para praticar as despesas com pessoal em constância, observando-as com recorrência a fim de que permaneçam abaixo do crescimento da receita (situação atual).

### 3. DO IMPACTO NO ORÇAMENTO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do art. 16, observa-se que as despesas pleiteadas **guardam compatibilidade com os instrumentos de planejamento**, quais sejam o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Para suportar o acréscimo nas despesas, o Município de Capanema **dispõe de dotações orçamentárias suficientes**, com a possibilidade de utilizar-se também da **margem de suplementações** ora autorizada na LOA, podendo as dotações ainda receber adequações quando da elaboração dos orçamentos para os exercícios seguintes.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve por finalidade demonstrar o impacto do aumento de 6,27% no Piso Nacional da Educação aos profissionais do Magistério para as contas públicas no exercício de 2025, em cumprimento à Portaria Interministerial MC/MF Nº 13/2024.

As projeções realizadas nos cálculos consistem em estimativas que dependerão do acompanhamento constante do comportamento das receitas e despesas nos períodos subsequentes, a ser avaliado por intermédio dos agentes que compõem a SEFAZ e pelos Gestores Municipais de cada pasta.

As despesas ora levantadas **serão suportadas orçamentária e financeiramente**, vez que cumprirão, segundo as projeções, os limites dos gastos com pessoal em relação à receita líquida, respectivamente em 44,75%, 41,98% e 39,38% nos exercícios de 2025, 2026 e 2027, em **regular cumprimento à LRF**.





**Município de Capanema - PR**

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

---

Assim, esta Divisão de Contabilidade é de **parecer favorável** à contratação dos profissionais solicitados, mas alerta que os Gestores atentem-se aos limites estabelecidos pela legislação vigente para o planejamento das despesas posteriores.

*É o parecer.*

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 10 dias do mês de janeiro de 2025.

**Vanessa Trento**

*Contadora Municipal*

*CRC/PR 079544/O-4*



## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

### PARECER CONTÁBIL

#### RETIFICAÇÃO AO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO Nº 2/2025

**ASSUNTO:** Cálculo do Impacto Orçamentário e Financeiro e Cálculo de Limites para Despesas com Folha de Pagamento para fins do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**OBJETO:** Reajuste da carreira dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde –ACS e Agentes de Combate a Endemias.

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente estudo tem por finalidade o atendimento da **Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000**, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências de compulsório cumprimento pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Nesse diapasão, a supracitada Lei, por meio do inciso I, art. 16, traz a estimativa do **impacto orçamentário-financeiro** como requisito à criação, expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais capazes de acarretar no acréscimo de despesa pública.

Por seu turno, o inciso II do art. 16 preceitua que o aumento da despesa deva se dar **em consonância com os Programas de Planejamento Governamentais**, quais sejam, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e que, com esses instrumentos, guarde compatibilidade.

Ademais, as despesas públicas com pessoal, salvo as comissionadas – porquanto decisão discricionária dos agentes governamentais- consideram-se **despesas de caráter continuado** para o ente público, vez que se pressupõe que a execução dessas despesas ocorra por prazo superior a dois exercícios, redação dada pelo Art. 17 da LRF.

Além disso, o §1º do art. 17 da LRF requisita que se demonstre também a origem dos recursos para o custeio da criação ou aumento de despesa, qual se demonstrará por meio do presente estudo.

Ainda, a utilização dos valores brutos livres de deduções na remuneração de pessoal tanto em relação à Despesa Executada quanto à Despesa Projetada no presente impacto guar-





## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

da conformidade com a determinação dada pelo §3º do art. 18 da LRF e observa o **Princípio do Orçamento Bruto** que rege a elaboração dos orçamentos dos Entes federativos.

Por oportuno, o cálculo do limite das despesas com pessoal no Poder Executivo Municipal tem por base o disposto na alínea b, III do art. 20 da LRF, que **não pode exceder a 54%** (cinquenta e quatro por cento) em relação à **receita corrente líquida ajustada**.

## 2. DO IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O presente estudo tem por finalidade fornecer subsídio à tomada de decisão por parte dos Gestores Municipais no tocante ao reajuste de carreira pleiteado, na ordem de 7,5%, que incorrerá em um **aumento de R\$ 100.391,53 na despesa pública**, com base em valores executados obtidos por meio do Departamento de Gestão de Pessoas.

O valor de aumento na despesa aos cofres públicos de R\$100.391,53 com recursos próprios considera que foram recebidos, da União, o valor de R\$ 1.449.324,00 a título de complementação para pagamento dos ACS e ACEs.

Somados aos impactos anteriormente realizados no exercício de 2025, o valor acumulado do impacto neste ano é de **R\$ 1.385.278,24**, conforme se demonstra no cálculo abaixo:

ACRÉSCIMO DE DESPESA	
(+) IMPACTO DO PRESENTE PARECER (R\$)	100.391,53
(+) IMPACTOS ANTERIORES NESTE EXERCÍCIO (R\$)	1.385.278,24
(=) IMPACTO TOTAL EM 2024 (R\$)	1.485.669,77

Dos dados registrados no sistema contábil ao final do exercício de 2023, o Município obteve como saldo financeiro positivo em **recursos livres** o valor de **R\$ 3.226.119,73** (três milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e dezenove reais e setenta e três centavos), e a tendência estimada é de que a média do saldo positivo se mantenha, já que o saldo positivo vem sendo apurado há vários anos atrás.

Outrossim, cumpre observar que a receita orçamentária do Município, realizada conforme a arrecadação apurada nos últimos 5 (cinco) anos vem **crescendo uma média de 13%**



## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

ano a ano, que, combinado ao saldo positivo financeiro, faz com que o Município tenha recursos para abarcar esse acréscimo de despesa, conforme demonstrado abaixo:

QUADRO DE RECEITAS	EXECUTADO / APURADO (R\$)				ORÇADO	Média
	2020	2021	2022	2023	2024	
A) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	65.116.639,17	73.816.310,55	89.594.903,02	100.499.781,13	106.000.000,00	13%
(%) VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL	0%	13%	21%	12%	5%	

Ainda, cumpre ressaltar que os vencimentos dos ACS e ACE recebem complementação do Governo Federal para pagamento, conforme estabelecido na Emenda Constitucional Nº 120, de 5 de maio de 2022, estabelecendo, inclusive, insalubridade e aposentadoria especial em razão dos riscos inerentes a essas funções (art. 198, § 10º).

Os recursos transferidos pela União objetivando esse pagamento também **não se incluem no cálculo dos limites para despesa com pessoal** preconizado pela LRF, sofrendo dedução aos respectivos limites, consoante o § 11 do art. 198 da EC nº 120/2022.

No caso do Município de Capanema, foram recebidos, no ano de 2024, um valor total de R\$ 1.449.324,00 da União para pagamento desses vencimentos, ou seja, aproximadamente **52% do valor total a ser despendido com os ACSs e com os ADEs** provém de recursos **federais**.

Por oportuno, segue abaixo o **cálculo dos limites** para despesa de pessoal em razão da receita corrente líquida apurada nos exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023 e orçada para 2024, **previamente** ao impacto que está sendo estudado:

CÁLCULO DO LIMITE	2020	2021	2022	2023	2024
B) DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	30.725.640,62	32.355.515,32	39.963.981,59	46.825.098,18	54.003.083,72
Variação (%)		5%	24%	17%	15%
C) CÁLCULO DO LIMITE (B/A)	47,16%	43,83%	44,61%	46,59%	50,95%

Em 2024, pela média de aumento de despesas com pessoal de 15%, apurada com base nos últimos 5 anos, o Município encontra-se no **limite de alerta** instituído conforme o inciso II do § 1º do art. 59 da LRF, no percentual de 50,95%, limite este que o Tribunal de Contas alerta os Municípios sobre terem ultrapassado 90% do limite máximo permitido.

Na sequência, apresenta-se o mesmo cálculo do limite **após** o impacto objeto de estudo por este Parecer, considerando, para a receita, o valor previsto na LOA em 2025, e, para os exercícios subsequentes, a média de aumento dos 13%:

CÁLCULO DO LIMITE COM DESPESAS DE PESSOAL - PROJETADO (considerando este impacto)			
	PRÓX. 12 MESES	2026	2027
A) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	131.000.000,00	148.030.000,00	167.273.900,00
B) DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	58.728.938,52	62.252.674,83	65.987.835,32
C) CÁLCULO DO LIMITE (B/A)	44,83%	42,05%	39,45%





## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

Cumpre observar que, para as despesas com pessoal no exercício de 2025, utilizou-se o valor projetado na LOA. Já para os exercícios de 2026 e 2027, foi considerado um reajuste anual de 6% correspondente à inflação.

Haja vista o crescimento acentuado da receita do Município em detrimento do aumento de despesas projetado de acordo com a inflação média, o aumento de 7,5% referente ao reajuste dos cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias **não afetará** as contas públicas do Município, porquanto manter-se-á 10% abaixo do limite dessas despesas para o Poder Executivo Municipal.

No entanto, dado que a projeção considera exclusivamente a inflação média, os gestores deverão manter-se atentos para praticar as despesas com pessoal em constância, preocupando-se em mantê-las abaixo do crescimento da receita para não incorrer em problemas.

### 3. DO IMPACTO NO ORÇAMENTO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do art. 16, observa-se que as despesas pleiteadas **guardam compatibilidade com os instrumentos de planejamento**, quais sejam o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Para suportar o acréscimo nas despesas, o Município de Capanema **dispõe de dotações orçamentárias suficientes**, com a possibilidade de utilizar-se também da **margem de suplementações** ora autorizada na LOA, podendo as dotações ainda receber adequações quando da elaboração dos orçamentos dos exercícios seguintes.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve por finalidade demonstrar o impacto do aumento de 7,5% no reajuste dos cargos de ACS e ACE para as contas públicas no exercício de 2025, em cumprimento ao **inciso IX do art. 235 da Lei Orgânica do Município de Capanema**.

As projeções realizadas nos cálculos consistem em estimativas que dependerão do acompanhamento constante do comportamento das receitas e despesas nos períodos subsequentes, a ser avaliado por intermédio dos agentes que compõem a SEFAZ e pelos Gestores Municipais de cada pasta.



## Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal da Fazenda Pública – Divisão de Contabilidade Pública

---

As despesas ora levantadas serão suportadas orçamentária e financeiramente, vez que cumprirão, segundo as projeções, os limites dos gastos com pessoal em relação à receita líquida do Município, respectivamente em 44,83%, 42,05% e 39,45% nos exercícios de 2025, 2026 e 2027, em **regular cumprimento à LRF**.

Assim, esta Divisão de Contabilidade é de **parecer favorável** à contratação dos profissionais solicitados, mas alerta que os Gestores atentem-se aos limites estabelecidos pela legislação vigente para o planejamento das despesas posteriores.

***É o parecer.***

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 10 dias do mês de janeiro de 2025.

**Vanessa Trento**

*Contadora Municipal*

*CRC/PR 079544/O-4*